Publicado na Folha de Londrina no dia 24/04/2023

Adama Brasil S.A.

CNPJ: 02.290.510/0001-76.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

ATIVO	Nota explicativa	2023	2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	526.380	445.466
Contas a receber de clientes	5	1.607.724	1.939.823
Estoques	6	871.017	2.057.116
Impostos a recuperar	7	103.085	152.469
Adiantamentos a fornecedores		6.124	22.799
Outras contas a receber		17.975	18.297
Total do ativo circulante		3.132.305	4.635.970
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes	5	46.993	61.816
Impostos a recuperar	7	39.144	545
Impostos de renda e contribuição social diferidos	7	408.825	179.002
Depósito judiciais		2.150	-
Outras contas a receber		7.088	25.367
Investimentos	8	20.534	18.172
Outros investimentos	9	55.654	84.199
Imobilizado	11	586.462	594.859
Intangível	12	167.970	348.025
Total do ativo não circulante		1.334.820	1.311.985
TOTAL DO ATIVO		4.467.125	5.947.955

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2023	2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	13	3.134.552	3.936.251
Empréstimos e financiamentos	14	221.381	262.858
Impostos e contribuições a recolher	15	14.024	24.461
Benefícios a empregados	16	15.342	55.767
Instrumentos financeiros derivativos	25	24	76
Dividendos e juros sobre o capital próprio	18	-	37.153
Outras provisões	17	129.850	150.645
Outras contas a pagar		19.737	44.411
Total do passivo circulante		3.534.910	4.511.622
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	14	613.877	661.604
Provisão para riscos	17	22.749	22.547
Outras provisões	17	8.828	14.017
Outras contas a pagar		-	4.786
Total do passivo não circulante		645.454	702.954
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	18	302.777	302.777
Reserva de lucros / Prejuízos acumulados		(350.521)	82.742
Ajuste de avaliação patrimonial		334.505	347.860
Total do patrimônio líquido		286.761	733.379
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.467.125	5.947.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros / Prejuízos acumulados			Ajuste de avaliação patrimonial		Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes acumulados de conversão	"Hedge" de fluxo de caixa	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		302.777	27.940	33.805	-	364.478	(936)	728.064
Ajustes acumulados de conversão de balanço	18	-	-	-	-	(16.568)	-	(16.568)
"Hedge" de fluxo de caixa, líquido	18	-	-	-	-	-	886	886
Lucro líquido do exercício		-	-	-	62.608	-	-	62.608
Destinações do lucro:								
Reserva legal	18	-	3.130	-	(3.130)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	18	-	-	-	(29.716)	-	-	(29.716)
Dividendos mínimo	18	-	-	-	(11.895)	-	-	(11.895)
Reserva de retenção de lucros	18	-	-	17.867	(17.867)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		302.777	31.070	51.672	-	347.910	(50)	733.379
Ajustes acumulados de conversão de balanço	18	-	-	-	-	(13.405)	-	(13.405)
"Hedge" de fluxo de caixa, líquido	18	-	-	-	-	-	50	50
Prejuízo do exercício		-	-	-	(433.263)	-	-	(433.263)
Destinações do prejuízo:								
Reserva de retenção de lucros	18	-	-	(51.672)	51.672	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		302.777	31.070	-	(381.591)	334.505	-	286.761

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

	Nota explicativa	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	4.116.916	5.752.539
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(3.915.919)	(4.998.490)
LUCRO BRUTO		200.997	754.049
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas de vendas	21	(328.557)	(387.876)
Despesas administrativas e gerais	22	(55.613)	(60.513)
Resultado da equivalência patrimonial	8	4.489	7.715
Outras despesas operacionais, líquidas	23	(15.415)	(631)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(194.099)	312.744
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras	24	227.393	269.058
Despesas financeiras	24	(700.105)	(526.739)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		(472.712)	(257.681)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(666.811)	55.063
Imposto de renda e contribuição social - correntes	7	3.698	(186.744)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	7	229.850	194.289
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(433.263)	62.608
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÃO		(0,96)	0,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

	2023	2022
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(433.263)	62.608
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:		
Ajustes de conversão de balanço	(13.405)	(16.568)
"Hedge" de fluxo de caixa	50	886
Total de outros resultados abrangentes	(13.355)	(15.682)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(446.618)	46.926

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

	Nota explicativa	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(433.263)	62.608
Ajustes por:			
Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	5	(16.019)	28.165
Concessão de ajuste de preço	5	(66.753)	262.071
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	5	371	(607)
Ajuste a valor presente de estoques e fornecedores		76.786	(89.776)
Provisão (reversão) para desvalorização dos estoques	6	77.726	221.892
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	7	(233.548)	(7.545)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(4.489)	(7.715)
Depreciação e amortização	11 e 12	56.284	45.318
Provisão para impairment de ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(106)	4.672
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e intangível		(20.985)	(3.055)
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	14	62.892	44.501
Provisão (reversão) de provisão para riscos	17.a	7.552	18.025
Outras provisões do ativo e passivo		(49.951)	54.618
Variações monetárias de ativos e passivos operacionais		122.926	13.183
Mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros		529	142
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		411.121	(178.223)
Estoques		1.086.346	(1.304.782)
Impostos a recuperar		14.484	(31.242)
Adiantamentos a fornecedores		20.407	2.554
Depósitos judiciais		(9.500)	(5.682)
Outras contas a receber		18.492	(4.800)
Fornecedores		(903.130)	1.462.635
Impostos e contribuições a recolher		(10.438)	37.898
Outras contas a pagar		(69.456)	21.315
Juros pagos	14	(58.003)	(50.212)
Impostos pagos sobre o lucro		-	(251.414)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		80.275	344.544
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Outros investimentos	9	28.545	(26.330)
Dividendos recebidos de coligada		2.127	1.014
Aquisição de bens do ativo imobilizado	11	(76.769)	(143.726)
Valor recebido pela venda de ativo imobilizado e intangível		152.074	4.131
Aquisição de ativo intangível	12	(36.493)	(30.485)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		69.484	(195.396)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captações de empréstimos e financiamentos	14	-	28.630
Liquidações de empréstimos e financiamentos	14	(31.919)	(131.445)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(37.153)	(21.990)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(69.072)	(124.805)
Efeito das mudanças nas taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa		227	622
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		80.914	24.965
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício	4	445.466	420.501
No fim do exercício	4	526.380	445.466
AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		80.914	24.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023(Em milhares de reais - R$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Adama Brasil S.A. ("Companhia" ou "Adama"), com sede na cidade de Londrina no Estado do Paraná, tem por objetivo principal a industrialização de produtos próprios e para terceiros, comercialização, importação e exportação de produtos químicos com patentes expiradas destinados à proteção da agricultura, tais como herbicidas, inseticidas, fungicidas e acaricidas.

A controladora direta da Companhia é Magan H.B.B.V., sendo esta controlada indiretamente pela empresa israelense Adama Agricultural Solutions Ltd. que é controlada pela chinesa Adama Ltd., que tem suas ações negociadas na bolsa Shenzhen Stock Exchange.

A Adama oferece ao mercado uma das mais completas linhas de produtos para proteção de culturas agrícolas. Com cerca de 749 colaboradores, a Companhia possui unidades industriais em Londrina (Estado do Paraná) e Taquari (Estado do Rio Grande do Sul), conta com seis filiais e dezoito regionais de vendas, que tem como objetivo o atendimento de cooperativas, revendas e produtores do Brasil e do exterior.

Sazonalidade e reestruturação do capital circulante líquido ("CCL"):

A sazonalidade das operações da Companhia é observada na disparidade de tempo entre a compra dos insumos, manufatura e posterior venda aos clientes, de tal forma que usualmente o maior nível de compras ocorre no primeiro semestre e o maior nível de vendas no segundo semestre de cada ano. Em 2023 houve uma inflexão significativa no mercado defensivos agrícolas, impactando principalmente preços praticados no segundo semestre, o que levou a baixa de estoques caros carregados de 2022 e de compras iniciais de 2023 com prejuízo na venda, desta maneira a redução na linha de estoques não foi compensada em mesmo nível no incremento de contas a receber e/ou caixa. Adicionalmente cerca de 88% da dívida de curto prazo da Companhia é com partes relacionadas, conforme pode ser observado na nota explicativa nº 10, podendo ter seus vencimentos prolongados, caso necessário. Para 2024 a Companhia esta finalizando discussões com a matriz em Israel para incorporar parte da dívida como capital social e por conseguinte normalizar o CCL.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards -IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Diretoria em 18 de abril de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela diretoria na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A diretoria da Companhia definiu que sua moeda funcional é o dólar norte-americano de acordo com as normas descritas no IAS 21/CPC 2 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, convertendo-se a moeda funcional (dólar norte-americano) para reais utilizando a taxa de câmbio de fechamento do período para os ativos e passivos, taxa histórica para as contas de resultado e as contas de capital social e reservas no patrimônio líquido, mantido a valor histórico de formação. As variações cambiais resultantes da conversão acima são registradas na conta de patrimônio líquido "Ajustes acumulados de conversão".

c) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 5 - Contas a receber de clientes (provisão para créditos de liquidação duvidosa, através da Perda de Crédito Esperada – PCE e Concessão de ajuste de preço).
- Nota explicativa nº 6 - Estoques (provisão para desvalorização dos estoques).
- Nota explicativa nº 7 - Impostos a recuperar e diferidos (realização dos impostos).
- Nota explicativa nº 11 - Imobilizado (determinação da vida útil e redução ao valor recuperável "impairment").
- Nota explicativa nº 12 - Intangível (determinação da vida útil e redução ao valor recuperável "impairment").
- Nota explicativa nº 17 - Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outras provisões.
- Nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros (valorização de instrumentos financeiros).

Incerteza sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 5 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa do saldo de contas a receber de clientes (mensuração da provisão baseada na perda esperadas e Concessão para ajuste de preço).
- Nota explicativa nº 17 - Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (reconhecimento e mensuração de provisões para riscos: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos).
- Nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros (apuração do valor justo para determinados ativos e passivos e, também sua divulgação).

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis aplicáveis à Companhia, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: "inputs", exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: "inputs", para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas notas explicativas correspondentes.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Moeda diferente da moeda funcional

Transações em moeda diferente da moeda funcional são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas diferente da moeda funcional na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda diferente da moeda funcional à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas diferentes da moeda funcional resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda diferente da moeda funcional são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do período, com liquidez imediata.

c) Contas a receber de clientes

São avaliados inicialmente a custo amortizado e deduzidos das provisões para créditos de liquidação duvidosas e provisão para rebates e concessão de ajuste de preço.

Ajuste a valor presente: calculado com base na taxa de juros interna da Companhia, que está alinhada às práticas de mercado. O cálculo de ajuste a valor presente é efetuado em base exponencial "pro rata" dia, onde as apropriações de juros são reconhecidas na rubrica de Receita Financeira.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa: a Companhia analisa o risco dos títulos a vencer e constituí provisão em concordância com o risco esperado. Para contas a receber não vencidos e sem indícios de aumento do risco desde o reconhecimento inicial, é reconhecida provisão para redução a valor recuperável com base nos indicadores de perda histórica da Companhia. Para contas a receber com indícios de aumento de risco, a Companhia constitui provisão para redução a valor recuperável considerando eventuais garantias recebidas.

Provisão para rebates e concessão de ajuste de preço: com base nas campanhas de rebates e no acompanhamento das tendências de preço no mercado, a Companhia realiza provisão e ajuste de preço para redução do contas a receber a valor recuperável.

d) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A classificação dos ativos financeiros segundo a IFRS 9/CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Conforme a IFRS 9/CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou valor justo por meio de resultado ("VJR").

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado a menos que os dividendos representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2022 não houve nenhum ativo mensurado como VJORA.

Sob o IFRS 9/CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível na IFRS 9/CPC 48).

Um ativo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

(i) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de "hedge"

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira, taxa de juros e preços de "commodities".

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado.

"Hedges" de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de "hedge" para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto de "hedge" afeta o resultado.

Caso (i) a ocorrência da transação prevista não seja mais esperada, (ii) o "hedge" deixe de atender aos critérios de contabilização de "hedge", (iii) o instrumento de "hedge" expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, a contabilidade de "hedge" é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em

➤➤➤➤➤➤➤➤

D4Sign 31593ab2-b6f7-4bcd-8ad9-ba379b36dbc8 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

➤➤➤➤➤➤➤➤

outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

e) Investimentos em coligadas

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28 (CPC 18).

De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ultrapassa a participação da Companhia nessa coligada, ela deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que a Companhia incorreu em obrigações legais ou presumidas ou efetuou pagamentos em nome da coligada.

Detalhes sobre investimentos em outras empresas estão apresentados na nota explicativa nº 8.

f) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela diretoria, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estimadas para os períodos corrente e comparativo estão apresentadas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis e ágio

(i) Ágio

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. É representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos adquiridos na época.

(ii) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo aplicável.

(iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

(iv) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(v) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo do ativo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão apresentadas na nota explicativa nº 12.

h) Arrendamentos

Os contratos de arrendamento são avaliados para determinação se ele é ou contém um arrendamento, em conformidade com as diretrizes do IFRS16/CPC 06 (R2) - Arrendamento.

Um contrato que se caracterize como arrendamento é reconhecido no momento inicial pelo valor presente dos pagamentos futuros, utilizando-se para desconto uma taxa de juros.

Uma vez reconhecidos o ativo e passivo de arrendamentos por valor presente no momento inicial, o ativo é mensurado pelo método de custo e sobre ele é calculado depreciação linear ao longo do prazo do arrendamento, e o passivo tem seu valor aumentado ao longo do período de arrendamento pela apropriação dos juros e é reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados.

Os outros arrendamentos da Companhia não se enquadram nos critérios de reconhecimento do IFRS 16/CPC 06 (R2) e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados referente a tais arrendamentos são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Tais arrendamentos são:

(i) Salas e áreas agrícolas: áreas utilizadas para pesquisa de produtos em campo, os contratos têm prazo de até um ano e possuem opção de rescisão sem restrições por ambas as partes.

(ii) Empilhadeiras: empilhadeiras locadas em áreas fabris. Os contratos de locação possuem até 36 meses de vigência, no entanto, podem ser rescindidos por ambas as partes a qualquer momento, e, portanto, foram enquadrados como contratos de curto prazo.

(iii) Estações climáticas: contrato de locação de estações climáticas, cujas estações são utilizadas em suas dependências para eventos e disponibiliza aos clientes inseridos nos programas de recompensa. As estações climáticas foram avaliadas como ativo de baixo valor.

i) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição/produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

j) Redução ao valor recuperável ("impairment")

(i) Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis mensurados a custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis mensurados a custo amortizado individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis mensurados a custo amortizado individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da diretoria quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

k) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, representados principalmente pelos estoques, impostos a recuperar e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, considerando a origem e natureza dele, este não foi alocado a nenhuma UGC e foi considerado em sua totalidade na operação da Companhia.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Benefícios a empregados

(i) Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

A Companhia não concede aos seus profissionais, incluindo os diretores, plano de benefício definido.

(ii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

n) Recuperação ambiental do site

De acordo com a política ambiental publicada da Companhia e exigências legais aplicáveis, uma provisão para a recuperação ambiental de uma área com relação à terra contaminada, e a respectiva despesa, é reconhecida quando a terra é contaminada, conforme apresentado na nota explicativa nº 17 - Provisão para riscos.

o) Receita operacional

(i) Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando (i) as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) a Companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos; (iii) a Companhia puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da Companhia se modifiquem como resultado do contrato); e (v) for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

O momento da transferência do controle da mercadoria varia dependendo das condições individuais da venda. A transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue ao cliente; entretanto, para alguns embarques internacionais, a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no respectivo navio localizado no porto.

(ii) Prestação de serviços

A receita de serviços prestados está relacionada a industrialização de produtos de terceiros, aluguel de produtos de inovação e a prestação de serviços de consultoria a clientes específicos. As receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados. As receitas não são reconhecidas se existem incertezas significativas de sua realização.

p) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de "hedge" que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos de "hedge" que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações da provisão impactarão a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas.

r) Determinação do ajuste a valor presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo, quando relevante, e as de longo prazo foram ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que refletam as melhores avaliações do mercado. A mensuração do ajuste a valor presente foi realizada em base exponencial "pro rata die", a partir da origem de cada transação.

s) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento ("non-performance"). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa nº 2d).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

t) Normas novas e revisadas

A Companhia aplicou as seguintes alterações às IFRS com adoção obrigatória para o exercício anual iniciado em 1º de janeiro de 2023, as quais não resultaram em qualquer impacto material nas divulgações das demonstrações financeiras:

- Nova norma contábil IFRS 17/CPC 50 - Contratos de Seguro – que abrange o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro;
- Alterações à IAS 1/CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Practice Statement 2 - que estabelecem exemplos e orientações relacionadas a aplicação de julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis;
- Alterações à IAS 12/ CPC 32 - Tributos sobre o Lucro – que reduzem as exceções de reconhecimento inicial de impostos diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Simples Transação. Tal alteração fez com que transações que geram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais não sejam enquadradas nas exceções, como por exemplos arrendamentos e passivos de desativação;
- Alterações à IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros - que esclarecem as distinções entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia optou por não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida. A seguir serão listadas as IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:

- Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto;
- Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) - Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante;
- Alterações à IAS 1 - Passivo Não Circulante com Covenants;
- Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 - Acordos de Financiamento de Fornecedores;
- Alterações à IFRS 16 - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback".

As alterações foram avaliadas pela diretoria da Companhia, não havendo impactos nas demonstrações financeiras, bem como para novos pronunciamentos emitidos e em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, para os quais a diretoria vem fazendo acompanhamento, concluindo que não haverá impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo é composto dos seguintes valores:

	2023	2022
Caixa e bancos	24.160	33.221
Aplicações financeiras	502.220	412.245
	526.380	445.466

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações compromissadas e fundos de renda fixa, com liquidez imediata e remunerados a taxas que variam entre 80% e 104,6% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo é composto dos seguintes valores:

	2023	2022
No país	1.458.925	2.288.126
No exterior	9.192	5.901
Partes relacionadas (nota explicativa nº 10)	319.468	104.548
Ajuste a valor presente	(65.665)	(81.684)
Concessão de ajuste de preço	(13.651)	(262.071)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(53.552)	(53.181)
	1.654.717	2.001.639
Circulante	1.607.724	1.939.823
Não circulante	46.993	61.816

Contas a receber - por vencimento	2023	2022
A vencer	1.386.717	2.217.008
Vencido de 1 a 30 dias	174.248	240
Vencido de 31 a 60 dias	2.720	2.389
Vencido de 61 a 120 dias	6.744	5.532
Vencido de 121 a 180 dias	35.814	5
Vencido acima de 181 dias	44.566	35.174
Em cobrança judicial	71.111	56.543
Concessão de ajuste de preço	(13.651)	(262.071)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(53.552)	(53.181)
Total	1.654.717	2.001.639

Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	Saldo em 31/12/22	Provisão	Reversão	Baixas de contas a receber não recuperados	Saldo em 31/12/23
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(53.181)	(19.928)	19.557	-	(53.552)

	Saldo em 31/12/21	Provisão	Reversão	Baixas de contas a receber não recuperados	Saldo em 31/12/22
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(56.445)	(22.383)	22.990	2.657	(53.181)

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída para 100% dos títulos vencidos acima de 240 dias ou executados judicialmente (cobrança judicial), deduzidos das garantias reais e seguro de crédito, baseado na sua expectativa de realização. A Companhia também efetua análise individual para os títulos que não se enquadram nos critérios mencionados anteriormente e, caso haja indícios de não recuperabilidade (total ou parcial), os mesmo são também incluídos na provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Adicionalmente, para fins de atendimento dos critérios estabelecidos no CPC 48/IFRS 9, com relação às perdas esperadas, é efetuada análise complementar da provisão, baseado na classificação de risco de crédito de seus clientes, os quais são segregados em 6 (seis) categorias, em função de diversos fatores e componentes utilizados pelo departamento de crédito e cobrança da Companhia, onde são apuradas as perdas esperadas da carteira de clientes.

Transferência de contas a receber de clientes

Em 2023 e 2022, a Companhia desreconheceu contas a receber de clientes pela antecipação dos fluxos de caixa de tais ativos. Contudo, o contas a receber de clientes foi parcialmente desreconhecido (95%), porque a Companhia retém parte dos riscos e benefícios associados à tais recebíveis. Em contrapartida, foi reconhecida a sua exposição na rubrica de empréstimo bancário garantido (nota explicativa nº 14).

Durante 2022 a Companhia fez parte de um programa de financiamento de clientes junto ao Rabobank, chamado Portifólio Finance. Esta operação trata-se de um programa de financiamento para compra de insumos agrícolas, onde o Rabobank a pedido da Companhia fornece o crédito necessário ao cliente nominado pela Companhia para compra de insumos comercializados pela mesma. A Companhia não desreconheceu os recebíveis atrelados a essa operação, em razão de reter os riscos da carteira. Esta operação foi encerrada durante 2023 e não foi renovada.

A tabela a seguir mostra o valor contábil do contas a receber em aberto, segregado entre desreconhecido e não desreconhecido, em 31 de dezembro.

	2023	2022
Valor contábil do contas a receber cedido para bancos - desreconhecido	317.253	541.406
Valor contábil do contas a receber cedido para bancos - não desreconhecido	22.126	54.045
Valor contábil do contas a receber cedido para bancos	339.379	595.451

6. ESTOQUES

O saldo é composto dos seguintes valores:

	2023	2022
Produtos acabados	620.612	1.779.382
Matérias-primas	157.034	358.870
Materiais de embalagem e almoxarifado	28.112	25.766
Importações em andamento	194.744	139.738
Provisão para desvalorização de estoques (*)	(129.485)	(246.640)
Total	871.017	2.057.116

(*) Determinados itens de estoque, considerados obsoletos ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisões para perda. Além disso, inclui-se nesta linha provisões para desvalorização ao valor líquido de realização. A movimentação da provisão para estoque durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 pode ser assim demonstrada:

	Saldo em 31/12/22	Constituição	Reversão	Utilização	Ajuste conversão	Saldo em 31/12/23
Provisão para desvalorização de estoque	(246.640)	(426.613)	348.887	187.863	7.018	(129.485)

	Saldo em 31/12/21	Constituição	Reversão	Utilização	Ajuste conversão	Saldo em 31/12/22
Provisão para desvalorização de estoque	(24.602)	(391.788)	162.796	7.100	(146)	(246.640)

A diretoria espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. A Companhia não possui estoques dados em garantia.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

a) Impostos a recuperar

O saldo é composto dos seguintes valores:

	2023	2022
ICMS	23.781	21.695
Imposto de renda e contribuição social	67.236	62.749
IPI	8.211	15.114
PIS e COFINS	42.673	32.893
Outros	328	20.563
Total	142.229	153.014
Circulante	103.085	152.469
Não circulante	39.144	545

b) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, quando aplicável, os quais não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis e, também sobre diferenças temporárias.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2023	2022
Diferenças temporárias:		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	12.264	11.795
Provisão para perdas de crédito esperadas	5.944	6.286
Provisão para devolução de vendas	4.329	4.561
Provisão para comissões de vendas	3.763	2.399
Provisão para despesas contratuais	1.470	1.621
Provisão para frete sobre vendas	5.311	7.389
Ajuste valor presente – contas a receber	22.326	27.773
Provisão para desvalorização de estoques	45.999	83.019
Provisão para descontos de pontualidade e antecipação	7.590	10.825
Provisão para destinação de resíduos	1.118	977
Provisão para perda de bens destinados a venda	1.261	1.261
"Impairment" imobilizado	2.014	2.014
Provisão para riscos	28.242	25.967
Provisão para desconto de venda	63.374	67.479
Concessão de ajuste de preço	4.641	89.722
Provisão para impostos	-	1.388
Provisão para perdas – Intangível	4.710	4.746
Provisão para seguro de crédito	1.535	4.278
Ajuste a valor presente – Fornecedores	(12.031)	(38.138)
Outros	2.117	6.191
Total	205.977	321.553
Prejuízo fiscal		
Prejuízos fiscais a compensar	301.697	-
Outros:		
Reserva de reavaliação	(702)	(732)
Efeito fiscal da tradução de ativos e passivos - moeda funcional	(98.147)	(141.845)
Imposto diferido sobre outros resultados abrangentes	-	26
Total	(98.849)	(142.551)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	408.825	179.002

As estimativas de realização dos impostos diferidos foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício.

Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2023	2022
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(666.812)	55. 063
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	226.716	(18.721)
(Adições)/exclusões permanentes:		
Juros sobre o capital próprio	-	10.103
Ajuste de conversão do resultado - moeda funcional	(39.140)	(19.848)
Ajustes regulamentares de Método de Preço de Transferência	(3.053)	(1.580)
Outras despesas/receitas não dedutíveis	1.630	1.895
Outros itens:		
Incentivo fiscal - Pesquisa e Desenvolvimento	3.698	10.214
Tradução de ativos e passivos - moeda funcional	43.697	25.482
Total	233.548	7.545
Imposto de renda e contribuição social no resultado:		
Corrente	3.698	(186.744)
Diferido	229.850	194.289
Alíquota efetiva	-35%	13,7%

8. INVESTIMENTOS

As participações da Companhia em outras empresas são compostas da seguinte maneira:

	Ações ordinárias	Participação no capital social (%)	Patrimônio líquido	Capital social	Valor contábil - investimento
Em 31 de dezembro 2022					
Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. (*)	244.187	12,21%	147.070	38.843	18.172
Em 31 de dezembro 2023					
Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. (*)	244.187	12,21%	166.411	62.346	20.534

(*) A empresa Campo Limpo Reciclagem Transformação Plásticos S.A. ("Campo Limpo") é derivada da união de investimentos de um conglomerado de empresas do segmento agroquímico. Tem por principal atividade econômica a reciclagem e transformação de embalagens plásticas. A Campo Limpo é uma empresa coligada da Companhia, que possui influência significativa nas suas políticas financeiras e operacionais, mas sem possuir o controle individual ou conjunto dessas políticas. Portanto, o investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2023, o resultado de equivalência patrimonial reconhecido no resultado do exercício foi de R$4.489 (R$7.715 em 31 de dezembro de 2022).

9. OUTROS INVESTIMENTOS

O saldo é composto dos seguintes valores:

➤➤➤➤➤➤➤➤

D4Sign 31593ab2-b6f7-4bcd-8ad9-ba379b36dbc8 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

➤➤➤➤➤➤➤➤

	2023	2022
Fundo de investimento (a)	23.683	31.070
Fundo de investimento (b)	31.971	53.129
	55.654	84.199

(a) Cotas subordinadas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) de condomínio fechado, com rentabilidade pós-fixada, com vencimento previsto em setembro de 2024.
(b) Cotas subordinadas mezanino em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) de condomínio fechado, com rentabilidade pós-fixada, com vencimento previsto em novembro de 2025.

10. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, assim como as transações com partes relacionadas que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações relativas a operações de compra e venda de produto, matérias-primas, contratação de serviços, transações financeiras de empréstimos e captação de recursos.

As transações acima foram realizadas de acordo com os termos e condições celebrados entre as partes levando-se em consideração a estrutura de custos e fluxo de caixa das empresas.

	Saldos							
	Vendas		Compras (*)		Ativo circulante		Passivo circulante e não circulante	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Empresas relacionadas:								
ADAMA AGRICULTURAL SOLUTIONS LTD.	-	-	-	13	-	-	-	-
ADAMA ARGENTINA S.A.	16.392	7.802	-	-	15.846	1.928	-	-
ADAMA AGAN LTD.	-	-	176.280	152.731	46.966	28	175.541	139.612
ADAMA MAKHTESHIM LTD.	91	472	671.220	1.819.867	100.656	506	1.023.534	1.609.611
ADAMA FAHRENHEIT B.V CURACAO BRANCH	6.808	-	269.432	1.040.865	6.762	-	698.520	990.382
ADAMA CELSIUS B.V CURACAO BRANCH	-	-	591.882	729.938	-	-	964.635	661.273
ADAMA CELSIUS PROPERTY BV	-	-	-	-	-	-	813.131	870.417
ADAMA ANDINA B.V. SUCURSAL COLOMBIA	7.517	-	103.877	132.588	7.445	-	21.924	66.181
ADAMA COLOMBIA AS	7.442	1.637	-	-	5.106	497	-	-
INGENIERIA INDUSTRIAL AS CV	169	1.599	-	-	-	-	-	-
ADAMA MANUFACTURING POLAND	-	-	10.460	42.714	-	-	-	18.267
ADAMA CHILE S.A.	-	-	20.885	70.602	-	-	17.535	37.991
KOLLANT S R L	-	-	592	459	-	-	246	138
CONTROL SOLUTIONS INC	520	-	331	28	-	-	-	-
ADAMA AGRICULTURE PARAGUAY SA	73.559	67.253	-	-	136.672	101.562	-	-
ADAMA AGRICULTURAL SOLUTIONS LTD	-	-	-	-	15	27	-	-
Total	112.498	78.763	1.844.959	3.989.805	319.468	104.548	3.715.066	4.393.872
Saldos por natureza:								
Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 5)	-	-	-	-	319.468	104.548	-	-
Fornecedores (nota explicativa nº 13)	-	-	-	-	-	-	2.901.934	3.523.455
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14)	-	-	-	-	-	-	813.132	870.417
Total	-	-	-	-	319.468	104.548	3.715.066	4.393.872

(*) O valor das compras apresentado na nota acima, está apresentado líquido dos descontos (rebates) obtidos junto as partes relacionadas.

Remuneração dos administradores

A Companhia provê a seus administradores, benefício de assistência médica, seguro de vida, previdência privada e auxílio alimentação. Os benefícios são parcialmente custeados pelos seus administradores e são registrados quando incorridos. No exercício de 2023, as despesas com remuneração e outros benefícios para estes administradores totalizaram R$29.407 (R$28.702 em 2022).

11. IMOBILIZADO

Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Transferências	Baixas	Ajuste conversão	Saldo em 31/12/2023
Edificações	335.468	7.486	588	-	(24.473)	319.069
Máquinas e equipamentos	791.662	14.107	7.412	(1.689)	(62.912)	748.580
Imobilizações em andamento	14.613	37.511	(9.351)	-	(913)	41.860
Móveis e utensílios	26.337	69	58	(52)	(2.047)	24.365
Terrenos	13.263	-	-	-	(957)	12.306
Veículos	47.472	17.596	1.293	(9.550)	(6.511)	50.300
	1.228.815	76.769	-	(11.291)	(97.813)	1.196.480

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Transferências	Baixas	Ajuste conversão	Saldo em 31/12/2022
Edificações	187.531	75.590	86.095	-	(13.748)	335.468
Máquinas e equipamentos	747.303	34.517	61.815	(608)	(51.365)	791.662
Imobilizações em andamento	155.576	12.296	(147.962)	-	(5.297)	14.613
Móveis e utensílios	27.486	600	52	(8)	(1.793)	26.337
Terrenos	13.853	310	-	-	(900)	13.263
Direito de Uso	137	-	-	(242)	105	-
Veículos	37.759	20.413	-	(5.706)	(4.994)	47.472
	1.169.645	143.726	-	(6.564)	(77.992)	1.228.815

Movimentação da depreciação

	Taxa média de Depreciação % a.a.	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	"Impairment"	Ajuste conversão	Saldo em 31/12/2023
Edificações	3.12%	(120.640)	(5.263)	-	-	7.548	(118.355)
Máquinas e equipamentos	17.86%	(471.625)	(23.258)	1.689	-	40.352	(452.842)
Móveis e utensílios	10.05%	(23.256)	(641)	51	-	1.834	(22.012)
Veículos	19.64%	(18.435)	(9.806)	7.914	-	3.518	(16.809)
		(633.956)	(38.968)	9.654	-	53.252	(610.018)
Imobilizado líquido		594.859	37.801	(1.637)	-	(44.561)	586.462

	Taxa média de Depreciação % a.a.	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	"Impairment"	Ajuste conversão	Saldo em 31/12/2022
Edificações	3.07%	(126.578)	(2.258)	-	53	8.143	(120.640)
Máquinas e equipamentos	15.51%	(483.776)	(19.972)	614	(53)	31.562	(471.625)
Móveis e utensílios	8.44%	(24.198)	(638)	8	-	1.572	(23.256)
Direitos de Uso	33.33%	(132)	(3)	242	-	(107)	-
Veículos	19.23%	(20.050)	(7.097)	5.000	-	3.712	(18.435)
		(654.734)	(29.968)	5.864	-	44.882	(633.956)
Imobilizado líquido		514.911	113.758	(700)	-	(33.110)	594.859

Redução valor recuperável de ativos ("impairment")

De acordo com as normas descritas no IAS 36/CPC 1 - Redução ao valor recuperável de ativos, o ativo imobilizado da Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. Para fins dessas análises, a Companhia agrupa seu ativo imobilizado em unidades geradoras de caixa (UGCs), conforme orientação do CPC 1/IAS 36. As unidades geradoras de caixa identificadas pela diretoria são: fungicidas, herbicidas, inseticidas e bioestimulantes (linhas de produção que produzem as famílias de produtos em questão).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a diretoria não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia estar contabilmente acima do seu valor recuperável.

12. INTANGÍVEL

Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Ajuste conversão	Saldo em 31/12/2023
Ágio (rentabilidade futura) (*)	254.451	-	-	(18.356)	236.095
Software	36.914	8.963	-	(2.863)	43.014
"Licensing & Know How"	287.616	27.530	(190.130)	(82.735)	42.281
Total	578.981	36.493	(190.130)	(103.954)	321.390

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Ajuste conversão	Saldo em 31/12/2022
Ágio (rentabilidade futura) (*)	272.144	-	-	(17.693)	254.451
Software	37.887	1.488	-	(2.461)	36.914
"Licensing & Know How"	276.835	28.997	(376)	(17.840)	287.616
Total	586.866	30.485	(376)	(37.994)	578.981

(*) Ágio de expectativa de rentabilidade futura originado no ano 2000 decorrente da incorporação da Companhia Milênia Participações S.A. (antiga acionista da Adama).

Movimentação da amortização

	Taxa média de amortização % a.a.	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	"Impairment"	Ajuste conversão	Saldo em 31/12/2023
Ágio (rentabilidade futura)	Indefinida	(90.045)	-	-	-	6.496	(83.549)
Software	5%	(26.127)	(3.382)	-	-	1.465	(28.044)
"Licensing & Know How"	20%	(114.784)	(13.934)	60.676	106	26.109	(41.827)
		(230.956)	(17.316)	60.676	106	34.070	(153.420)
Total		348.025	19.177	(129.454)	106	(69.884)	167.970

	Taxa média de amortização % a.a.	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	"Impairment"	Ajuste conversão	Saldo em 31/12/2022
Ágio (rentabilidade futura)	Indefinida	(96.306)	-	-	-	6.261	(90.045)
Software	5%	(23.429)	(4.161)	-	-	1.463	(26.127)
"Licensing & Know How"	20%	(105.763)	(11.189)	-	(4.672)	6.840	(114.784)
		(225.498)	(15.350)	-	(4.672)	14.564	(230.956)
Total		361.368	15.135	(376)	(4.672)	(23.430)	348.025

Redução ao valor recuperável de ativos

O ativo intangível de vida útil indefinida tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a diretoria reconheceu uma provisão para redução ao valor recuperável no valor de R$106 (aumento de R$4.672 em 31 de dezembro de 2022) dada a incerteza do registro de licença não ser aprovado.

13. FORNECEDORES

O saldo é composto dos seguintes valores:

	2023	2022
No país	148.323	176.725
No país - Convênio (*)	39.291	114.180
No exterior	96.584	261.176
No exterior - Convênio (*)	16.071	43.796
Ajuste a valor presente (**)	(67.651)	(183.081)
Partes relacionadas (nota explicativa nº 10)	2.901.934	3.523.455
	3.134.552	3.936.251

(*) Fornecedores Convênio: A Companhia firmou contrato com instituições financeiras para estruturar com os seus principais fornecedores operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de matéria-prima à Companhia para os Bancos, que, por sua vez, passará a ser credora da operação, registrado na rubrica "Fornecedores Convênio". Essa forma de operação não altera significativamente preços e demais condições estabelecidas com os fornecedores da Companhia. O ajuste a valor presente e os encargos financeiros foram imateriais para serem registrados como despesas financeiras, uma vez que o prazo médio de vencimento das transações é de no máximo seis meses.

(**) Com o aumento no prazo de pagamento de fornecedores com partes relacionadas para 365 dias, a Companhia passou a reconhecer o Ajuste a Valor Presente para fornecedores, com efeito nas rubricas de Estoque, Custo e Despesas Financeiras.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo é composto dos seguintes valores:

	Médias das taxas contratuais ao ano	Vencimentos	2023	2022
Financiamentos e empréstimos denominados em reais				
Antecipação de recebíveis (nota explicativa nº 5)	CDI + "Spread" (variável)	2024	22.126	54.045
Total			22.126	54.045
Financiamentos e empréstimos denominados em dólar norte-americano	Libor + 3.50%			
Empréstimos com partes relacionadas (nota explicativa nº 10)		2028	813.132	870.417
			813.132	870.417
			835.258	924.462
Parcela classificada no passivo circulante			221.381	262.858
Parcela classificada no passivo não circulante			613.877	661.604

Em 31 de dezembro de 2023 a movimentação de empréstimos e financiamentos é como segue:

	Saldo em 31/12/2022	Captações	Pagamentos	Juros	Variação cambial	Saldo em 31/12/2023
Empréstimos com partes relacionadas	870.417	-	(58.003)	62.892	(62.174)	813.132
Total	870.417	-	(58.003)	62.892	(62.174)	813.132

	Saldo em 31/12/2021	Captações	Pagamentos	Juros	Variação cambial	Saldo em 31/12/2022
Empréstimos com partes relacionadas	1.074.568	-	(181.657)	44.501	(66.995)	870.417
Total	1.074.568	-	(181.657)	44.501	(66.995)	870.417

Em 31 de dezembro de 2023. as dívidas do passivo não circulante possuem o seguinte cronograma de desembolsos (por ano):

2025	183.969
2026	183.969
2027	142.334
2028	103.605
	613.877

Em 31 de dezembro de 2023, os contratos de empréstimos e financiamentos mantido pela Companhia junto às instituições financeiras não contém cláusulas restritivas de "covenants" financeiros.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

O saldo é composto dos seguintes valores:

	2023	2022
ICMS a recolher	2.819	8.938
INSS a recolher	3.374	3.520
IRRF a recolher	6.131	9.828
PIS e COFINS a recolher	525	849
FGTS a recolher	1.106	1.031
Outros	69	295
Total	14.024	24.461

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O saldo é composto dos seguintes valores:

	2023	2022
Provisões de férias e gratificações a empregados	15.409	15.763
Provisão para participações lucros e resultados	-	39.229
Outros	(67)	775
Total	15.342	55.767

17. PROVISÃO PARA RISCOS E OUTRAS PROVISÕES

a) Provisão para riscos

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A diretoria, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2023			2022
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Cíveis	25.555	(3.717)	21.838	20.966
Trabalhistas	962	(243)	719	422
Tributárias	50.701	(50.509)	192	1.159
Total	77.218	(54.469)	22.749	22.547
Passivo não circulante			22.749	22.547

	2022		2021	
	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial
Cíveis	24.689	(3.723)	20.966	7.058
Trabalhistas	610	(188)	422	2.140
Tributárias	44.367	(43.208)	1.159	1.094
Total	69.666	(47.119)	22.547	10.292
Passivo não circulante			22.547	10.292

Movimentação dos processos no exercício

	2022	2023		
	Saldo final	Constituição	Reversão	Saldo final
Provisões:				
Cíveis	20.966	2.295	(1.423)	21.838
Trabalhistas	422	390	(93)	719
Tributárias	1.159	12	(979)	192
Total	22.547	2.697	(2.495)	22.749

	2021	2022		
	Saldo final	Constituição	Reversão	Saldo final
Provisões:				
Cíveis	7.058	16.530	(2.622)	20.966
Trabalhistas	2.140	4	(1.722)	422
Tributárias	1.094	65	-	1.159
Total	10.292	16.599	(4.344)	22.547

b) Outras provisões

Além das causas acima mencionadas, a Companhia é ré em outras ações cuja probabilidade de perda é considerada como possível, segundo a opinião de seus assessores jurídicos, as quais estão distribuídas da seguinte forma: R$1.683 (R$2.125 em 2022) em processos trabalhistas; R$73.882 (R$71.472 em 2022) em ações cíveis e R$27.188 (R$20.647 em 2022) em causas de natureza tributária. Nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras.

Do montante divulgado acima referente as ações cíveis, cuja a probabilidade de perda é possível, R$35.596 milhões está relacionado a uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul. A avaliação da Companhia e de seus advogados é que não há indícios, no momento, que indiquem perda de causa e, consequentemente, desembolso financeiro.

Em 2021 a Companhia envolveu-se em uma disputa patentária em face de um concorrente, que afeta alguns de seus produtos. A Companhia litiga em juízo para obter a proteção de seus direitos nesse tema. Os processos judiciais estão em andamento na data de aprovação das demonstrações financeiras e, a diretoria, em conjunto com os seus assessores jurídicos, entende que esses litígios serão concluídos de forma favorável à Companhia, sem efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras.

c) Adicionalmente. a Companhia constituiu outras provisões. conforme abaixo:

	2023	2022
Provisão para comissões de vendas	11.067	7.057
Provisão para desconto de venda (*)	48.780	46.848
Provisão para despesas contratuais	4.323	5.087
Provisão para despesas de logísticas	15.619	21.733
Provisão para destinação de resíduos	3.290	2.875
Provisão para devoluções e vendas não entregues	13.838	8.560
Provisão para prêmio de seguros	4.517	13.189
Provisão para desconto de pontualidade e antecipação	22.322	31.838
Provisão para impostos	-	4.081
Provisão para recuperação de planta	8.828	9.935
Provisão para incentivo performance do ano	3.000	8.500
Outras	3.094	4.959
Total	138.678	164.662
Passivo circulante	129.850	150.645
Passivo não circulante	8.828	14.017

(*) Refere-se à provisão para projeto de vendas junto aos distribuidores dos produtos da Companhia, iniciado em junho de 2012, o qual prevê o pagamento de bônus aos distribuidores que atingirem as metas previamente definidas.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é composto de 452.395.419 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o capital social, subscrito e integralizado, no montante de R$302.777, está distribuído da seguinte forma entre os sócios:

Acionistas	%	Ações	Capital
Magan HBBV	99.998	452.390.839	302.771
Agricur Defensivos Agrícolas Ltda.	0.002	4.580	6
Total	100.00	452.395.419	302.777

Empresas brasileiras com capital estrangeiro são requeridas a registrar tal capital no Banco Central do Brasil – BACEN, de maneira a possibilitar o envio de dividendos aos seus acionistas e/ou repatriamento dos recursos capitalizados. Em 31 de dezembro de 2023, a totalidade do capital estrangeiro da Companhia encontra-se devidamente registrada no BACEN, correspondendo a US$160,673.

b) Reservas

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

Compreende o saldo remanescente do lucro líquido do exercício deduzido a reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, ficando à disposição da assembleia geral para fins de distribuição, conforme estabelecido no estatuto social.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 20% do lucro líquido remanescente da Companhia. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Devido ao prejuízo contábil apurado em 2023, não houve dividendos propostos para distribuição. Em 31 de dezembro de 2022 o valor era de R$11.895.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não calculou juros sobre capital próprio, devido a apuração de prejuízo contábil para o ano, em 31 de Dezembro de 2022 o montante calculado era de R$29.716 de acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante. Em 31 de dezembro de 2023, não há montantes de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, em 31 de dezembro de 2022 o valor era de R$37.153.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras.

Incluía também a parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de "hedge" ("swaps") utilizados em "hedge" de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

O saldo é composto dos seguintes valores:

	2023	2022
Receita bruta:		
Venda de produtos	4.582.302	6.907.171
Serviços prestados	26.667	17.546
Deduções:		
Impostos sobre as vendas (ICMS, PIS, COFINS e ISS)	(36.921)	(65.791)
Ajuste a valor presente	(151.516)	(247.350)
Devoluções	(278.421)	(260.143)
Outros descontos e abatimentos	(25.195)	(598.894)
Total	4.116.916	5.752.539

20. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O saldo é composto dos seguintes valores:

	2023	2022
Materiais consumidos	3.849.607	4.617.728
Salários, encargos e benefícios	55.907	57.318
Manutenção	27.371	26.210
Depreciação e amortização	29.632	22.039
Consumo de energia e outros materiais	26.858	22.854
Provisão para desvalorização dos estoques	(110.138)	221.892
Outros	36.682	30.449
	3.915.919	4.998.490

21. DESPESAS DE VENDAS

O saldo é composto dos seguintes valores:

	2023	2022
Salários, encargos e benefícios	123.624	151.930
Logística e distribuição	103.054	123.770
Outros	23.679	22.419
Seguros	9.345	16.619
Depreciação e amortização	22.696	19.642
Viagens e estadas	5.890	16.471
Campanhas de marketing e comissões de vendas	28.537	22.191
Honorários profissionais	3.231	7.200
Impostos e taxas	7.686	6.742
Comunicações	815	892
Total	328.557	387.876

22. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

O saldo é composto dos seguintes valores:

	2023	2022
Perda ou Ganho no valor realizável de contas a receber	371	(607)
Salários, encargos e benefícios	21.174	24.679
Honorários profissionais	33.812	36.175
Outros	(5.986)	(17.181)
Depreciação e amortização	3.956	3.638
Provisão para riscos	1.251	12.431
Viagens e estadas	1.035	1.378
Total	55.613	60.513

23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

O saldo é composto dos seguintes valores:

	2023	2022
Alienação de ativo imobilizado e intangível	(18.099)	2.634
Alienação de bens destinados a venda	5.972	311
Receita com ganho em processos judiciais	2.279	2.047
Outras despesas	(5.567)	(5.623)
Total	(15.415)	(631)

24. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras:		
Receitas financeiras com juros de clientes	185.944	233.827
Outros	41.449	35.231
Total	227.393	269.058

➤➤➤➤➤➤➤➤

D4Sign 31593ab2-b6f7-4bcd-8ad9-ba379b36dbc8 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

➤➤➤➤➤➤➤➤

Despesas financeiras:		
Ajuste a valor presente de fornecedores	(302.240)	(274.994)
Perda de variação cambial, líquida	(182.221)	(12.499)
Deságio na alienação de recebíveis	(88.513)	(121.402)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(73.990)	(52.354)
Juros estornados e descontos concedidos	(35.707)	(39.703)
Outros	(17.434)	(25.788)
Total	(700.105)	(526.740)
Resultado financeiro, líquido	(472.712)	(257.682)

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, onde o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Valor contábil/justo		
	Designados ao valor justo	Total 2023	Total 2022
Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo - instrumentos financeiros derivativos:			
Contratos de "commodities" (Futuro) (*)	(24)	(24)	-
Contratos de moeda estrangeira (NDFs)	-	-	(76)
Total	(24)	(24)	(76)

(*) A Companhia operou, em 2023 e 2022, com derivativos relacionados com transações com seus clientes que consistem na aceitação de pagamento pela venda de seus produtos por meio de "commodities" agrícolas. Um contrato específico, denominado CPR (Cédula de Produto Rural), é assinado com o cliente contendo o detalhamento da transação. Com o objetivo de reduzir a exposição à volatilidade do preço das "commodities" a serem recebidas, a Companhia fixa o preço de venda por meio da transferência da operação para empresas de "trading" ou esmagadoras ou ainda adquire contratos no mercado futuro da BM&F (Bolsa Mercantil de Futuros) ou com outras partes.

	Nota explicativa	Valor contábil 2023	Custo amortizado	Valor justo pelo resultado	Total 2022
Ativos e passivos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	4	526.380	-	526.380	445.466
Contas a receber de clientes	5	1.654.717	1.654.533	184	2.001.639
Outros investimentos	9	55.654	-	55.654	84.199
Fornecedores e outras contas a pagar	13	(3.134.552)	(3.134.552)	-	(3.936.251)
Empréstimos e financiamentos	14	(835.258)	(835.258)	-	(924.463)
Total		(1.733.059)	(2.315.279)	582.218	(2.329.410)

• Caixa e equivalentes de caixa - os valores contábeis informados no balanço patrimonial são disponíveis para utilização, com eventual mudança insignificante no seu valor, sendo classificados como valor justo por meio do resultado.

• Outros Investimentos - As cotas subordinadas do fundo de investimentos em direitos creditórios, são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e, os demais investimentos serão mantidos até o seu vencimento e, portanto, classificados como custo amortizado.

• Contas a receber e fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis.

• Empréstimos e financiamentos - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que, de acordo com entendimento da diretoria, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado, exceto para transações com partes relacionadas, as quais são contratadas com taxas e condições específicas acordadas entre as partes.

d) Mensuração do valor justo

"Swaps" de taxa de juros

O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de "swap", preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar "swaps" de taxa de juros. Em 31 de dezembro de 2023, não há contratos de "swaps" de taxa de juros contratados.

Contratos de "commodities" (Futuro)

Valor justo mensurado com base em cotações de mercado da "commodity", acrescido de "inputs" como custo de frete para transporte do grão até o porto e prêmio.

Contratos de moeda estrangeira (NDFs)

O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, caso disponível. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos).

e) Gerenciamento de riscos financeiros

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos advindos dos seguintes instrumentos financeiros:

• Risco de crédito.
• Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos.
• Risco de taxas de juros e câmbio.
• Risco de liquidez.

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a diretoria pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.) o qual é aprovado pelo Matriz global de tesouraria do grupo para aprovação e operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela diretoria da Companhia.

(ii) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, os quais são anualmente renovadas.

A abertura do contas a receber por faixa de vencimento e a exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada é divulgada na nota explicativa nº 5.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

(iii) Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia, e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

(iv) Risco de taxas de juros e câmbio

Risco de taxas de juros decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de "hedge" para travar o custo financeiro das operações.

Risco de taxas de câmbio decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de "hedge" para mitigar esses riscos.

(v) Risco de liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

(vi) Análise de sensibilidade

Como parte do processo de gerenciamento de riscos, a Companhia efetua esforços com objetivo de reduzir o impacto decorrente das flutuações das taxas de câmbio e juros em suas receitas.

Câmbio:

A Companhia, considera uma previsão de aumento da taxa de câmbio para o final do ano 2024 em cerca de R$5,0298 (taxa referencial BM&F). Estima que esse aumento na taxa de câmbio do real frente ao dólar americano, traria um aumento líquido no valor de seus ativos e passivos contratados em reais e, consequentemente, um efeito negativo no resultado no montante de US$27.461. O cálculo realizado leva em consideração o efeito das mudanças do valor justo nos instrumentos derivativos da Companhia vinculados a tais ativos e passivos.

Preço das "commodities" (CPR):

A Companhia adota o procedimento de contratar proteção ("hedge") para suas operações com "commodities", de modo a se proteger contra as variações no mercado futuro de "commodities". Com isso, entendemos não haver risco relevante em caso de variação no preço das "commodities" (alta ou baixa de preço).

27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$400.000 para danos materiais e lucros cessantes, com vigência até 1º de junho de 2025 e cobertura de R$15.000 para responsabilidade civil, com vigência até 31 de Maio de 2024.

28. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia participa como interveniente garantidora de operações de crédito rural com fiança, totalizando R$84.146 (R$157.841 em 2022).

Responsável Técnico Adama Brasil S.A
Júlio Cesar Paes Baptistella
Contador, CRC PR-042291 / 0-5

Romeu Stanguerlin
Presidente

Luiz Vilardo Ruzza
Diretor Financeiro

Marcelo Zanchin
Controller

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores daAdama Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Adama Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Adama Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com aspráticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC,e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Saldos e transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, a qual descreve que aCompanhia realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos e em condições específicas definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB**,** e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada porfraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de aCompanhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a nãoser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoriasempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar,dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos,conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmosopinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis erespectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluirmodificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventosde maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas noscontroles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 18 de abril de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Carlos Jeferson Z. Kusma
Contador
CRC nº 1 PR 060104/O-2

D4Sign 31593ab2-b6f7-4bcd-8ad9-ba379b36dbc8 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

5 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 23 de April de 2024, 14:56:16

balanço adama 2024 digital pdf

Código do documento 31593ab2-b6f7-4bcd-8ad9-ba379b36dbc8

Assinaturas

Marcela Elias Rezende
publicidade@folhadelondrina.com.br
Assinou

Marcela Rezende

Eventos do documento

23 Apr 2024, 14:52:54
Documento 31593ab2-b6f7-4bcd-8ad9-ba379b36dbc8 **criado** por JORGE DENIS MENDES (dc013518-5951-4b55-8726-bf1a0ceca05f). Email:artes@folhadelondrina.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-23T14:52:54-03:00

23 Apr 2024, 14:53:17
Assinaturas **iniciadas** por JORGE DENIS MENDES (dc013518-5951-4b55-8726-bf1a0ceca05f). Email: artes@folhadelondrina.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-23T14:53:17-03:00

23 Apr 2024, 14:55:36
MARCELA ELIAS REZENDE **Assinou** (87dd5a28-cfe5-4807-b721-edba966a52a9) - Email: publicidade@folhadelondrina.com.br - IP: 200.155.62.93 (200.155.62.93 porta: 43780) - Geolocalização: -23.3179533 -51.1631245 - Documento de identificação informado: 079.484.669-67 - DATE_ATOM: 2024-04-23T14:55:36-03:00

Hash do documento original
(SHA256):0036d77f74f603206983b5a16d9142935c5bb4534f237a8e220def7f362eb1cd
(SHA512):805974bcfc4b78cba242182c6ee158f097df398fc3d52803ef54e7e26d9f475020c7fb26797aed931e9f4c08b164455d07646bf718d64c46b09ea022b2226c4e

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign